

Bruxelas, 22 de Novembro de 2006

Comissão Europeia congratula-se com o êxito do Conselho Pescas de Novembro

A Comissão Europeia reagiu calorosamente face aos resultados do Conselho dos ministros das pescas, ontem realizado, em que se alcançou um acordo político quanto a três importantes propostas da Comissão. Os novos regulamentos contribuirão significativamente para os esforços envidados pela UE com vista a assegurar a sustentabilidade de todas as pescarias. Em dois casos, o acordo alcançado diz respeito a propostas apresentadas há, respectivamente, cerca de dois e três anos. As propostas estão relacionadas com as medidas de conservação para as pescarias mediterrânicas, a utilização de novas tecnologias para combater as actividades de pesca ilícitas e a fixação de possibilidades de pesca para as espécies de profundidade para 2007 e 2008.

Joe Borg, membro da Comissão responsável pelas pescas e assuntos marítimos, declarou: «Os três conjuntos de medidas são muito importantes para a sustentabilidade. Em primeiro lugar, a protecção das unidades populacionais de peixe e dos ecossistemas marinhos no Mediterrâneo será substancialmente reforçada através de medidas especialmente concebidas para as pescarias da região. Em segundo lugar, a aplicação de novas tecnologias no sector da pesca facilitará a luta contra as actividades ilícitas. Por último, o acordo alcançado no que se refere às unidades populacionais de profundidade garantirá uma protecção eficaz das espécies vulneráveis correspondentes, dando simultaneamente às frotas em causa tempo para se adaptarem às limitações necessariamente impostas às suas actividades.»

A proposta relativa ao Mediterrâneo, apresentada há três anos (ver [IP/03/1361](#)), foi objecto de um amplo debate por todas as partes e instituições interessadas, mas só ontem se chegou a acordo no Conselho. A necessidade de aplicar medidas eficazes para proteger as populações de peixe e os ecossistemas marinhos e instituir um quadro de gestão adaptado às pescarias mediterrânicas é reconhecida por todos. Contudo, levou tempo a encontrar o justo equilíbrio entre a introdução de medidas mais uniformes e a necessidade de proporcionar a flexibilidade suficiente para ter em conta da melhor forma possível as especificidades das pescarias em questão.

As novas medidas reforçarão a selectividade das artes rebocadas mediante o aumento das malhagens das redes. Permitirão, além disso, proteger a maior parte das águas costeiras da utilização de artes rebocadas, o que é essencial para a preservação eficaz dos *habitats* sensíveis e zonas de maternidade, que tão importantes são. Por último, o novo regulamento consentirá a utilização de artes de pesca melhor adaptadas às necessidades das pescarias mediterrânicas e ao ambiente marinho desta região.

A segunda proposta, objecto de debate desde há dois anos, diz respeito à utilização de diários de bordo electrónicos pelos capitães dos navios e à teledetecção dos navios. Estas medidas, adoptadas por unanimidade, desempenharão um papel muito importante no combate contra práticas de pesca ilegais e, por conseguinte, contribuirão de forma significativa para a sustentabilidade das pescarias.

O novo regulamento levará à substituição dos actuais instrumentos em papel em todas as fases da cadeia das pescas (diário de bordo, declarações de desembarque e notas de venda). Até 2011, o sistema electrónico de transmissão dos dados será aplicado a todos os navios com mais de 15 metros, que disporão de um sistema mais rápido, mais preciso e menos dispendioso. O regulamento introduz também a utilização de imagens de satélite para a teledetecção de navios, que constituirão um instrumento importante na luta contra a pesca ilícita.

O Conselho de ontem adoptou também por unanimidade, a proposta sobre possibilidades de pesca de unidades populacionais de peixes de profundidade para os próximos dois anos (ver [IP/06/1278](#)) Trata-se de espécies particularmente vulneráveis à pesca, tendo os cientistas recomendado, para várias destas espécies, reduções substanciais das capturas.

Neste caso, o desafio consistia em proporcionar a estas espécies vulneráveis uma protecção eficaz, sem provocar consequências devastadoras para as frotas em causa, o que não era uma tarefa fácil. As medidas acordadas contribuirão para alcançar esse equilíbrio. Para além das duas reduções sucessivas das possibilidades de pesca ontem acordadas, entre 15% e 25% em 2007 e 2008, na sua próxima proposta, que será discutida no Conselho de Dezembro, a Comissão proporá uma nova redução de 5% do esforço de pesca exercido sobre estas unidades populacionais.

O Conselho levou também a cabo uma troca de opiniões relativamente à Comunicação da Comissão sobre a aplicação da abordagem do rendimento máximo sustentável. O rendimento máximo sustentável é o rendimento mais elevado que pode ser obtido a partir de uma determinada unidade populacional sem diminuir o seu potencial produtivo subsequente. A Comunicação indica os passos necessários para aplicar uma abordagem baseada no rendimento máximo sustentável, os benefícios que daí decorrerão assim que as unidades populacionais se encontrem em bom estado biológico e as opções para gerir o período transitório no que respeita às unidades populacionais que são objecto de sobrepesca. A Comissão congratula-se com as reacções geralmente positivas suscitadas pela Comunicação.

Por último, o Conselho discutiu igualmente os esforços desenvolvidos pela Comissão para simplificar e melhorar a política comum das pescas nos últimos seis meses. Os Estados-Membros acolheram favoravelmente o relatório da Comissão e reafirmaram o seu apoio a esta iniciativa. Nas suas conclusões, a Presidência sublinhou a necessidade de acção quanto uma série de pontos, nomeadamente a criação de contactos mais estreitos entre os pescadores e os cidadãos comunitários e o incentivo ao desenvolvimento e utilização da tecnologia dos diários de bordo electrónicos.